

A refundação plurinacional boliviana como litígio pós-colonial no século XXI

Daniel Santiago Chaves Ribeiro

Daniel Santiago Chaves Ribeiro

é professor do Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) da Universidade Federal do Amapá (Unifap).

E-mail: daniel.s.chaves@gmail.com

Resumo

Pretendemos apresentar, neste texto, introdutório esforço de reconhecimento das chaves interpretativas sobre a crise do Estado boliviano, ocorrida entre o final do século XX e início do XXI, através de uma matriz narrativa que reconheça o processo da refundação como ação precisa e tentativa de definitiva descolonização do território estatal então em crise. Retornaremos até meados do século XX – mais especificamente até a Revolução de 1952 – visando uma compreensão comparativa entrecruzada das matrizes da filogênese de tal processo. Neste contexto, a erosão do modelo de Estado fundado em 52 em face da ascensão de tendências neoliberalizantes dos anos 80 provocou um conjunto de rupturas institucionais importantes, que culminaram por sua vez na fragilização do tecido social, e decorrente disso, desencadeou-se um processo político que moveu etnicidades para uma polarização original. Esta polarização, por sua vez, resultaria na transformação da realidade nacional em um caminho de diversidade, na implosão do unitarismo vigente e apontando para uma reconstrução pluralizante inédita

Palavras-chave

Bolívia; Fronteiras; Multiculturalismo; Pós-Colonial.

Abstract

We intend to present an introductory effort for recognition of interpretative keys about the seizure of the Bolivian state, which took place between the late 20th century and early 21st, which in turn, as our narrative point of view, gave rise to rebuilding as precise action and definitive decolonization attempt over this crisis in the State territory. We will return to the mid-twentieth century - specifically to the 1952 Revolution – for a better understanding on process phylogeny. In this context, the erosion of '52 modeled-State, amid the rise of so-then new neoliberal trends caused a number of significant institutional ruptures, which weakens social cohesion in turn, and triggered a political process that enroll ethnicities into a unique polarization. This polarization would result subsequently in a national reality change over a diversity path, resulting even on the implosion of the so-current unitarism and point to a pluralizing reconstruction, also unprecedented.

Keywords

Bolivia; Boundaries; Multiculturalism; Postcolonial

A Bolívia como história: razões e crises

A história contemporânea da Bolívia é fecunda para uma compreensão crítica do tempo presente na América do Sul como convergência de alguns dos problemas sociais mais notáveis do século XX no continente que dominaram a agenda pública nas primeiras décadas do século XXI. Temas como dilemas da democracia, volatilidade de conflitos sociais, opções sobre meio ambiente e bem-estar, variações de impasses políticos, emergência da questão racial e da identidade, embates entre regionalismos e nacionalismos, por exemplo, fazem com que o interesse do cientista social contemporâneo seja recursivo para discutir a realidade política deste país. Mais ainda, devem-se compreender tais problemas dentro de uma própria perspectiva transversal, potencializando a complexidade dos problemas cabíveis para estudos sobre esta história e o seu caráter dramático em determinados pontos de ruptura. As disputas sobre a nação e sua capacidade, enquanto conceito e arquétipo, de circunscrever os matizes da identidade no território, serão notados como temática em análise ou como conceito em transição para a compreensão histórica da Bolívia, determinadamente, ao longo deste texto.

Território onde processos sociopolíticos modelares pela sua talhante instabilidade se arrolam praticamente desde 1825, ano da sua independência, a República da Bolívia permaneceu estigmatizada como paradigma de crises de sistemas políticos e econômicos, bem como da fragilidade de estruturas da efetividade institucional e da identidade nacional do Estado para com a sociedade na América do Sul. De país problemático e diplomaticamente irrelevante a um modelo de sucesso no cenário das jornadas sociais no século XXI, é preciso atentar ao risco de uma generalização que essencialize tais contextos como se fossem únicos e exclusivos como síntese (SOUSA SANTOS, 2010: p.239) - uma história que se 'autoexplica' pela questão social ou pela sua face inevitavelmente catastrófica. O nosso objetivo não é o da narrativa singular *per se*, mas o do entendimento de uma contribuição particular a um contexto de fricções, lutas e questões contemporâneas a partir do exemplo boliviano para uma compreensão do mundo no qual a sua sociedade se insere. Não há, em absoluto, uma experiência boliviana como *sonderweg*, como espírito nacional ou historicidade própria, senão uma experiência resultante da diversidade cultural, dos impactos do todo e contributiva para este todo. Neste caso, as variantes étnico-identitárias (e as tensões entre estas) permearam as manifestações sociais e mutações políticas na história do país. Com alguma segurança, podemos dizer que não apenas esta dimensão política como resultante do enlace social e cultural teve as suas lutas embebidas pela vanguarda conceitual contemporânea de plurinacionalidade; é possível dizer também que as suas jornadas, e os resultados destas, acabaram somando-se a outros exemplos notáveis e ajudaram a conformar a própria validade heurística do julgamento e o futuro da ética das lutas sociais e culturais por diversidade nestas novas condições globais. Assim, afirmamos que também nos será de atento interesse a relação de mútua permeabilidade entre o percurso nacional boliviano e as principais tendências e desafios mundiais ou regionais sobre a identidade enquanto disputa.

Podemos dizer assim, nesta dimensão, que a Bolívia teria representado em um dado momento contemporâneo o arquétipo, a síntese sul-americana e até mesmo estabelecido diálogo mundial sobre os rumos da vanguarda das lutas por reconhecimento - por meios formais ou informais - sobre a diversidade étnica desde um prisma político, por meio da transfusão das pluralidades rompendo a nação unívoca, e assumindo-se uma conotação política determinante para o futuro (e a própria sobrevivência) do Estado daí decorrente. Com efeito, o resgate do então negado reconhecimento dos sujeitos sociais subalternizados teria papel destacado na compreensão das lutas sociais e políticas deste tempo histórico. Desde um ponto de vista cosmopolizante, e de retomada histórica como experimento (e também narrativa), questões de emancipação e de pós-colonialidade - como, por exemplo, a da descolonização identitária, mesmo em estados já independentes (COSTA, 2007) - acabam se tornando potentes no continente e no mundo, mesmo em pleno século XXI, sem que isso queira dizer que a questão das identidades se sobrepõe aos dilemas e tensões econômicas ou políticas, por exemplo, senão agindo como amálgama de todas estas discussões sobre o futuro das comunidades, das frentes políticas, dos países e do próprio continente. A Bolívia resultaria, como um paradigma das lutas populares por justiça e emancipação, como um panorama bravo e representativo de uma América Latina cuja trajetória de lutas políticas e entrincheiramento conservador. Tal abordagem abre portas para diversas abordagens problematizantes sobre uma gramática abundante de tensões sociais, possivelmente o ponto focal apropriado para o entendimento da historicidade e do elenco prioritário de discussões históricas, mantendo a lógica do debate sobre o nosso objeto.

Ainda que não nos interesse, neste momento, aceitar tais marcas como folclorizantes ou estereotipadas, no momento respectivo aqui recortado da História Política na Bolívia nesta imensidão de visibilidades e questões, precisamos começar perguntas relevantes para o trabalho. A Bolívia em narrativa fora, em seu tempo, um paradigma de jornadas pela maturidade política. Estes supracitados e instigantes desafios da História Contemporânea da Bolívia estiveram representados, como mencionamos em elencagem temática, durante diversas greves, conflitos armados, bloqueios de estradas, eleições e renúncias políticas, tentativas de golpe e até mesmo de divisão do território 'nacional' fizeram da Bolívia um país notável pela sua ebulição social e política.

Qual seria a razão estruturante destas tensões, verdadeiros nódulos sensíveis do reconhecimento da historicidade nacional, ou até mesmo da reconstrução do paradigma de nação e história na Bolívia? É possível notar a importância e o impacto incidente destas temáticas para a compreensão dos fenômenos históricos ora ocorrentes na totalidade do Estado contemporâneo como representação e instituição na Bolívia? Entendemos o quão peculiar esta história plurinacional é, por outro lado, igualmente sensível na sua variedade de nações e identidades no centro da América do Sul, sem qualquer caráter unívoco como tal convergência deve reconhecer no princípio da diversidade. Tal historicidade enquanto regime temporal (HARTOG, 2013: p.11) constitui não apenas a história de crises políticas de sistemas representativos na direção de uma adequação liberal; mas também uma amálgama de representações e visões múltiplas e plurais, de efetiva vanguarda como experimento histórico, cuja tentação é enorme em discutir a validade do argumento de uma unidade nacional em torno deste projeto de futuro em disputa - e verificar a sua própria sobrevivência.

Dentre estas questões em fervor, detalhamos que a plurinacionalidade como *leitmotiv* foi referência representativa e elemento de mobilização na chamada 'refundação nacional',

expressão cunhada durante a campanha eleitoral para a presidência da então República da Bolívia, vencida em 2006 por Evo Morales em uma inédita ascensão, seja pela razão democrática (era a primeira vez que um presidente havia sido eleito pelo voto direto desde a Revolução de 1952), seja pela razão étnica (nunca um presidente reconhecido ou autorreconhecido como indígena havia sido eleito). Devemos observar atentamente, neste sentido, a dimensão estruturante destas identidades em relações objetivas com o Estado. Não obstante, é particularmente notável o papel que a questão étnica assumiu, em notícias de jornal ou em análises acadêmicas, certo predomínio e magnetismo, como fascínio, como folclore, como algo raro em pleno século XXI. Desta mesma forma, reiteramos que o nosso interesse na etnicidade não se dá como representação cultural, mas como substrato identitário – e inventado pela experiência histórica, ressignificado – para a formação de comunidades e coletividades, e mais além, para programas resolutivos para a reterritorialização das estruturas de poder, no Estado ou às margens dele. Interessa-nos, em adequada medida, compreender essas mutações em um contexto que em qualquer análise, mais ou menos apaixonada, é revolucionário.

A refundação e suas dinâmicas preliminares: contexto, atores e processo

É preciso, aqui, por força da sua importância como personagem histórico, construir um parêntese sobre a figura e trajetória de Evo Morales, a qual se confunde com as jornadas históricas de luta étnica e política. Tais elementos são compreensivos para o indefinível papel das lideranças, em especial as carismáticas, para a unidade de ação (sempre necessária para qualquer transformação social de caráter nacional, na medida em que tal coesão é presumível como fundamental para o contexto posterior às jornadas políticas de luta – a estabilidade posterior a qualquer revolução, em resumo.

Nascido Juan Evo Morales Ayma, no ano de 1959, em uma comunidade aimará do departamento de Oruro, foi o primeiro presidente indígena da Bolívia eleito por voto. Depois de frequentar o ensino médio e ingressar no serviço militar boliviano, emigrou com sua família para a região de Chapare, no departamento de Cochabamba, onde o cultivo de coca teve papel predominante na subsistência familiar – o que faz de Morales não apenas indígena, mas camponês também. No início dos anos 1980, Morales se tornou liderança no sindicato de plantadores de coca da localidade, e em 1985 foi eleito secretário-geral do grupo. Em meados dos anos 1990, quando o governo boliviano buscou a supressão da produção ilegal de coca, com o apoio dos Estados Unidos, Morales ajudou a fundar o partido *Movimiento al Socialismo – Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos* (MAS-IPSP), ao mesmo tempo servindo como líder titular da federação de plantadores de Coca do vale do Chapare. Morales conquistou, como parte das primeiras jornadas eleitorais do MAS-IPSP, uma cadeira na Câmara dos Deputados (câmara baixa do legislativo boliviano) em 1997 e foi o candidato do MAS-IPSP para presidente em 2002. Nos anos seguintes, Morales permaneceu ativo nos assuntos nacionais, ajudando a pressionar a renúncia de Sánchez de Lozada em 2003 e também de uma concessão de seu sucessor, Carlos Mesa Gisbert, para considerar alterações na campanha altamente impopular para erradicar a produção de coca ilegal, apoiada pelos Estados Unidos da América (EUA). Novamente candidato presidencial pelo MAS-IPSP em 2005, com 54% dos votos, tornando-se o primeiro presidente indígena do país.

Eleito presidente em 2005, Morales supervisionou o aumento dos impostos sobre a indústria de hidrocarbonetos, a reforma agrária, bem como um programa de alfabetização e combate à pobreza. Seu governo reduziu o envolvimento dos EUA na política interna

e externa da Bolívia, enquanto a construção de relacionamentos com outras nações da América Latina resultou no alinhamento a Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), juntamente a outros governos nacionalistas de esquerda na América do Sul e Central. Empossado como presidente em janeiro de 2006, Morales se comprometeu a reduzir a pobreza entre a população indígena do país, suavizar as restrições de produtores de coca, renacionalizar os setores estratégicos da economia do país, combater a corrupção e aumentar os impostos sobre os ricos. Morales amparou intensamente os ânimos para reescrever a Constituição boliviana, que redimensionaria os direitos da população indígena do país, para assim consagrar suas políticas de nacionalização e redistribuição de terras. Um referendo sobre a liderança de Morales foi realizada em agosto de 2008, e dois terços dos eleitores apoiaram a continuação de sua presidência. Em um amplo esforço de reformas, enfrentou a oposição das províncias mais ricas da Bolívia (a *medialuna*, meia lua), quatro dos quais aprovaram esmagadoramente os Estatutos de Autonomia regionais em referendos realizados no ano de 2008. Tal referendo fora rejeitado pelo governo Morales como ilegal. As tensões aumentaram, e as manifestações se tornaram progressivamente violentas. Em síntese, Morales é uma figura que divide opiniões desde o seu primeiro mandato presidencial. Ao mesmo tempo em que é elogiado por seus partidários como um defensor dos direitos indígenas e admirado internacionalmente pelo progresso social e político a frente do Estado boliviano, bem como pela sua conduta anti-imperialista e ambientalista, seus críticos à esquerda condenam-no por não fazer a Bolívia governar-se integralmente pelo socialismo, atuando com medidas até mesmo liberais na busca pelo crescimento econômico, e seus críticos conservadores acusam-no de ser autoritário para com as nacionalizações, o diálogo multilateral pleno e o relacionamento com os movimentos autonomistas do Oriente boliviano (DUNKERLEY, 2007: p.165-166).

Retornando ao contexto e as problemáticas em pauta como foco, consideramos necessário observar atentamente a originalidade em tais processos, em algo mais que considerar apenas personalidades atinentes ou suas ideias e discursos. Para discutir tais questões, e a própria validade heurística da afirmação de que há algo original em tal contexto, focado nas discussões sobre a trajetória política da Bolívia na América do Sul, afluímos que tais respostas precisarão de uma comparação sistemática do presente com o passado, observando, portanto, tais questões atentamente em fonte e corte histórico (SMITH, 2005: XIII), historicizando tais discussões com base em balizas e critérios metodológicos precisos. Portanto, serão necessários subsídios que aprofundarão a redação deste texto em profícuo recenseamento bibliográfico e, de forma atenta, no acompanhamento das reminiscências dos processos e contextos estruturantes do século com base nos registros contemporâneos. Assim sendo, os principais problemas históricos concernentes a este texto – identidade e etnicidade, nação e Estado, bem como outros debates coadjuvantes – poderão ser acompanhados e amparados pelos debates teórico-conceituais e historiográficos assim necessários e recenseados. É preciso recordar que, do ponto de vista da variedade e coletividade das organizações de caráter representativo, uma das especificidades da formação social boliviana é a de que organizações étnicas ou sindicais convivem lado a lado com um Estado, em uma relação de franca desconfiança, ainda que este por sua vez reconhecesse-os como interlocutores coletivos e legítimos, inclusive com direitos cidadãos a si estendidos, assegurando o seu papel e capacidade de mobilização e articulação diante do ordenamento jurídico-legal regular do Estado liberal (WANDERLEY, 2009).

Assim sendo, cabe ao nosso escopo a discussão não apenas da relação objetiva com o Estado na mecânica Sociedade Civil-Legislativo-Executivo como degraus consecutivos,

mas também sobre a constante a desparlamentarização da política cujo ponto alto se manifestou nas Guerras da Água e do Gás, e mais além nas lutas ascendentes da Planície. Compreendemos da mesma forma que é importante compreender as convergências estruturantes do mais alto nível decisório da política nacional, apontando para a análise a constante dinâmica das bases articuladoras de discursos étnicos e políticos. Portanto, não é apenas relevante compreender as forças determinantes sobre os padrões de (pluri) nacionalidade junto a entidades de alta representação junto ao Estado, mas também os meandros das bases políticas que formaram tal quadro identitário como gerador de ação política. Foram tais ações participativas e indisciplinadas, do ponto de vista das instituições, que confirmaram a cena política boliviana e sua pujança baseada na potência social e da pluralidade dos fenômenos políticos contemporâneos. Grifamos a noção de que a vida política boliviana não se forjara como feita apenas de sensos regionais pretensamente homogêneos convivendo em oposição a um Estado alheio às suas necessidades. Tais características resultariam na impossibilidade do político, explicado pela cultura e por traços de atraso a si intrínsecos? Não há, neste sentido que construímos a argumentação, um clichê já evitado: o do retorno ao folclore da cultura pela dimensão do político. A recusa a uma opção narrativa que entenda os problemas políticos nacionais e regionais sul-americanos como agudos, e não como crônicos, faz parte de um esforço de emancipação descolonizatório também na própria construção epistemológica de uma razão crítica que vislumbre, qual deva, o amadurecimento das instituições e sujeitos políticos sul-americanos em um caminho próprio e autônomo.

Reforçamos o destaque, nesta concepção, não apenas a Bolívia como escolha individual, mas também do entrecruzamento e comparação a tantas histórias nacionais ou sul-americanas, em meio a um contexto de ascensão de uma geopolítica popular e integracionista comum para boa parte das escolhas estatais presentes, no desenvolvimento de um projeto já histórico das esquerdas nacionalistas sul-americanas (ARAUJO, 2012; MIGNOLO, 2007). Tal projeto de uma América popular e unida no século XXI permeou, na primeira década deste século, diversas ações e obras do mundo da cultura e das artes, e é preciso dizer, com grande profundidade engajamento, interesse político renovado e alguma carga, acidental ou incidental, de memorialismo e olhar historiográfico, em resposta à repressão generalizada que se abateu sobre o continente, seja em temporalidade mais extensa (os debates do “Jubileu” do milênio), seja na regressão de curto fôlego, em busca de justiça quanto aos embates dos anos 1960 e 70 - a época das ditaduras civis-militares.

Tais esforços se realizaram em reflexões – até mesmo passos bem a frente da academia da época – mesmo que em esforço em beiras de clandestinidade, embebidas por um espírito de transformação política constitutiva das décadas de 1970 e 1980 do século XX. Mesmo as esquerdas (não apenas as clássicas) seriam confrontadas pelo impulso da transnacionalização e da flexibilização das fronteiras formais dos Estados por parte de agentes sociais subalternizados nessa ‘reabertura’. Mesmo que seja preciso, contudo, estar atento a tais incompletudes, em especial para uma reflexão acurada sobre as implicações da delegação de determinadas potências e potencialidades do Estado em questão para a sua comunidade regional sul-americana. Revitalizava-se a ideia de uma nova América, em um contexto de coesão políticas à esquerda e revisão das soberanias, o que inevitavelmente fazia com que as fronteiras formais dos Estados fossem atenuadas, aproximando povos e revelando suas possibilidades de compreensão mútua.

Entrecruzando perspectivas: política e cultura

81

Nesta nova América, problemas e questões inconclusas vieram à tona na medida em que a transnacionalização se defrontou com novas agendas políticas, em especial com a generalidade das chamadas agendas progressistas. Estas acabaram, inevitavelmente, remexendo dinâmicas sobrepostas que ora convivem, ora ignoram, ora contestam a arriscada representação de que há uma plena autoridade soberana do Estado em exercício sobre a sua 'nação' de forma resolvida e inquestionável. Em determinados momentos o esforço de integração e supranacionalização confundiu-se, no calor do jogo político entre vanguardas sociais e segmentos conservadores, com o esvaziamento da autoridade do Estado, o que tornou – no caso boliviano isto fora notável – tais desenvolvimentos societários permeados por dúvida e drama, sem exagero.

É preciso atentar com acuidade, nos estudos de tal sentido, a perspectiva da transnacionalidade tal qual fora proposta compreensiva de Purdy (2013) e Seigel. Conforme este primeiro apresenta sobre o trabalho de Micol Seigel, "sua advocacia da história transnacional é uma chamada bem vinda a explorar os movimentos dos povos e ideias, que não facilmente conformam-se às fronteiras nacionais." (SEIGER, 2005: p.64), em consonância com o proposto por Ian Tyrell em "(...) novo projeto histórico organizado em termos da consideração simultânea de escalas geográficas diferentes – local, nacional e transnacional – no pensamento histórico" (TYRELL, 2006: p.338), citado por Purdy. Neste caso, todavia, é preciso ressaltar, nos apropriamos de uma perspectiva metodológica usualmente articulada para estudos sobre temas que abordam unidades destacadas ou visivelmente distintas em espaço e território, notavelmente dimensionados aos fluxos e movimentos de mundialização e globalização na contemporaneidade, para uma dinâmica fronteira quase microscópica, 'confinada' (ERIKESSEN, 2003) ao interior do Estado e interessante sobre o que acontece entre nações que convivem no interior de estruturas estatais. Uma construção dos povos e das subalternidades, portanto.

É preciso considerar, ainda neste sentido, a própria necessidade epistêmica de descolonização dos padrões de entendimento e compreensão sobre a pluridisciplinaridade, como já ensinamos, como contribuição para estudos pós-coloniais. Também é importante notar em perspectiva a necessidade de desmistificação da noção de fronteira, em especial por um interesse próprio das Ciências Sociais, invariavelmente presentes na História, que se realiza na sempre devotada premissa de entender as estruturas e dinâmicas sociais, com razoável sentido de que tais podem encontrar nível de complexidade institucional mesmo aparentemente alheias aos paradigmas ocidentais de sociedade e Estado (FAULHABER, 2001: p.206). Considerando que o ponto focal das problematizações aqui expostas é pertencente ao campo da política e suas práticas orientadas para o relacionamento com o Estado (institucionais ou em vias de institucionalização em corte histórico, e, portanto, radicado em questões da História Política e seus respectivos dilemas), ainda assim é preciso ter sensibilidade e atenção ao denominador étnico presente no passo em que tais práticas e relacionamentos estão dados em um contexto interétnico então autodenominado plurinacional, que ao se debruçar sobre problemas da esfera pública e sobre determinadas razões de Estado torna-se político. E mais que isso, torna-se institucionalizado, o que gerará problemas futuros para a governança em questão. Segundo Assis,

os problemas atinentes às relações interétnicas podem ter lugar no mesmo espaço nacional (...)
Mais recentemente, o olhar se voltou para outro fenômeno ocorrido em regiões de fronteiras,
onde indivíduos de várias origens, indígenas ou não, provenientes de outros países, vivenciam

situações em que nacionalidade e etnicidade se interseccionam (...) de tal forma que as identidades passam a ocupar, praticamente, o mesmo espaço da nacionalidade que tende a se internacionalizar (ASSIS, 2008: p.200).

82

É decisivo reconhecer, da mesma maneira já afirmada, a premência da discussão política sobre democracia e revolução sobre este texto, em especial por se tratar de um estudo sobre o contexto do surgimento da etnicidade como elemento fundamental da primeira revolução democrática do século XXI. Assim, é uma inquietação central deste trabalho entender até que ponto frentes regionais, partidos políticos ou confederações de trabalhadores - ora federativos ou autonomistas, ora centralizadores ou associativos - estiveram relacionados funcionalmente a antagonismos condensados na ideia de nacionalidades, autóctones ou aceitas como construídas ao longo do tempo. Portanto, busca-se aqui apontar para a compreensão possível da história e a historicidade desta fricção constante entre identidades, pretensas nacionalidades, que configuraram as relações de poder - e, portanto, políticas - nas tentativas de definição das hegemonias sobre a identidade nacional boliviana e, da mesma maneira, os padrões de governança do Estado em disputa. A própria ideia de antagonismos - aqui no que se refere aos atores em disputa no processo específico - como estratégia tem contribuição intensiva neste ponto, para compreender a concorrência de ideias em um jogo político que se vislumbrava em vias de anarquização pela ultraliberalização. Segundo Laclau e Mouffe (2004:14),

(...) os antagonismos não são relações objetivas senão relações que revelam os limites de toda objetividade. A sociedade se constitui em torno de seus limites que, são limites antagonônicos, e a noção de limite antagonônico deve ser concebida literalmente, é dizer, que não há 'astúcia da razão' que se expresse através das relações antagonônicas, nem há tão pouco nenhuma classe de superjogo que submeta o antagonismo a seus sistemas de regras. Por isso, não concebemos ao político como uma superestrutura, mas a ele atribuímos o status de uma ontologia do social. Deste argumento se segue que, para nós, a divisão social é inerente à política e também à possibilidade mesma de uma política democrática.

Desta maneira, construímos como hipótese que a etnicidade como variável independente e razão estruturante da regionalidade fora decisiva na tensa disputa pelas identidades e os seus desdobramentos e usos políticos daí decorrentes, sejam federativos, partidários ou laborais. Assim, consideramos que a etnia conformou e reformou a ideia de agrupamento, seja regional ou político, desde um ponto de vista ideológico-discursivo até as próprias dinâmicas estruturais do Estado, passando inevitavelmente pela sua prática política. Tal variante independente, expressa de forma sistemática durante o período, seja durante democracias ou em regimes de exceção, é orientada pelas exibições contemporâneas (e ainda reforçadas pela particularidade do caso boliviano como exemplo) nas quais a identidade antecederia os sistemas de representação formais, estruturais e estruturantes, a rigor partidário-ideológicos. Reconhecemos, nesta direção, que estas composições formais de relação entre os sujeitos e o Estado podem ser considerados variáveis dependentes que conformam e orientam a antecipação das identidades, em especial mobilizando as expressões contestatórias cujos símbolos e dimensões identitárias são tomadas por estas para si, gerando resultados sobre a matriz de formação do senso comum que permeia as escolhas daí decorrentes. Ou seja, mesmo as estruturas do Estado como agência sendo dependente da identidade, a identidade também é deformada (ou conformada) pelo Estado como suporte para determinados agentes políticos. Tal protagonismo, se decisivo na construção de mudanças sociopolíticas em democracias (ou na direção de democracias), desmonta a perspectiva liberal universalizante - para

muitos, homogeneizante – de construção e reputação das instituições de uma boa e estável democracia liberal.

83

Na dimensão política de tal ascensão liberal, nas tendências do dia estariam recomendadas democracias com ‘bons modos’ e, assim, satisfatórias: funcionários eleitos, eleições livres, justas e frequentes, liberdade de expressão, fontes de informação diversificadas, autonomia para as associações, cidadania inclusiva, em um arrazoado de condições padronizadas – e afirmadas pela sua inexorabilidade - para tal bom funcionamento (DAHL, 2001: p.99). Este sistema, estabelecido constitucionalmente na Bolívia desde a reabertura democrática do início dos anos 1980, se viu pressionado no início da década de 2000 pela superação da noção de que a institucionalidade das vontades políticas manter-se-ia concentrada apenas nas espacialidades formalmente induzidas por este modelo democrático liberal, ou na via de uma representação baseada na confiança de que os eleitos seriam zelosos quanto ao bem comum como se o respeito ao mandato fora uma solenidade – o que arriscava as democracias pelo excesso de liberdade aos mandatos, muito inspirada pela expectativa de que a transição naturalmente levaria a uma boa governança. O conteúdo liberal dos regimes estaria, portanto, perdendo a sua positividade liberal no choque das identidades do século XXI, para contraditoriamente reordenar um regime liberal sob a lógica negativa com relação às liberdades.

Na medida em que o Estado teve de reconhecer a sua impossibilidade sistêmica de manutenção da governança a partir de referências centrais/centralizantes, contraditórias perante seu corpo político liberal, a ascensão de novas instâncias abriu um precedente incontornável, em um “beco sem saída” para o governo central. Um jogo de tensões entre sobrevivência e representação, portanto. Tais escolhas, e disputas por escolhas, são decisivas e ainda que o escopo das nossas discussões seja o da pertinência da questão étnica sobre a formação das frentes políticas. Interessa-nos discutir neste trabalho, de forma objetiva, a importância dos impactos destas políticas, bem desenhadas ou não, em regiões periféricas do sistema capitalista internacional, considerando a sua precariedade já existente e o avanço dos efeitos estruturantes desta implementação doutrinária no planejamento das reaberturas políticas da primeira metade da década de 1980, realizada na também tortuosa definição de limites institucionais, e até mesmo de parâmetros do que seria a mais participativa e representativa democracia (PRZEWORSKI, 2004: p.38). Tal questionamento sobre essas espacialidades e seus conflitos, examinada de forma atenta por Przeworski, Cheibub e Limongi, aponta para discussões relevantes. Como se segue:

“Será verdade que, para existir e perdurar, uma democracia precisa estar ancorada por uma “cultura democrática”? Se a resposta for positiva, quais são os padrões culturais específicos compatíveis com essa “cultura democrática” que, desse modo, favoreceriam ou prejudicariam a democracia?” (CHEIBUB, LIMONGI & PRZEWORSKI, 2003: p.10).

O esgotado Estado pós-liberal: novos limites e velhas polaridades

Em síntese temática, aqui arbitrada como parte do escopo deste trabalho, tem-se por propósito compreensivo a historicização das ascensões das identidades nacionais no seu tempo presente, e as realizações históricas das transformações políticas decorrentes destas ascensões diante de tal democracia liberal como invólucro unitarista e homogeneizante de contenção das identidades. Tal ascensão, ocorrida no alvorecer da primeira revolução democrática do Século XXI, foi galvanizada pela reticularidade dos movimentos sociais da base política hegemônica no interior do partido MAS-IPSP, pela sua predominância democrática (e o seu subsequente caráter direto e participativo, típico

das primeiras décadas deste século) sobre as escolhas políticas e, não menos importante, pelo forte corte étnico na participação, representação e eleição dos quadros políticos do Estado cujas fronteiras encontravam-se em refundação pela discussão das autonomias.

Uma proposta atenta às questões ora colocadas, em especial quando as alteridades se convertem em diferenciação, e em vias de ruptura, é inevitavelmente atenta às contemporâneas reconstruções e desconstruções desta(s) fronteira(s); não obstante as fronteiras regulares entre Cordilheira e Planície, mas do permitido/tolerado e do não permitido/não tolerado sobre as identidades, que sugeriria nos inclinar a não mais obedecer aos limites estado-nacionais estritos e formais, mas a reconstruí-las conforme o passo do tempo e a objeção dos sujeitos históricos aos seus limites de efetiva realização social e política. A imperiosidade do argumento democrático, em especial na década de 1980 diante das redemocratizações supracitadas, fortalecera largamente tal perspectiva e tais noções de horizonte e limite para a experiência política. Como aponta Bastos (2013: p.25),

a fronteira é compreendida cada dia menos como uma delimitação aplicada a um espaço a fim de definir a administração territorial de um Estado, e mais como uma zona de interações sociais, culturais, econômicas e políticas em uma espacialidade de definições incertas ou sujeitas a contestações quanto à sua soberania.

É nesta relação – a de delimitação e a de soberania – que os temas de fronteira e plurinacionalidade tem uma oportuna ambiência para debater esta reconstrução conceitual da ideia de fronteira em democracias institucionalizadas onde a etnicidade atende a um papel relativo ao novo Estado em molde. Nos termos de Acosta (2009: p.15),

El Estado Plurinacional coloca sobre la agenda no solamente la soberania nacional, sino que incluye tambien la soberania patrimonial (...) Plurinacionalidad e interculturalidad nos remiten a una noción de estado conformado por naciones unidas por una identidad cultural, com un pasado histórico y bre todo com una voluntad de integración a una Patria que há marginalizado a los pueblos indígenas.

Não obstante, é necessária a compreensão sobre a relação entre a construção de fronteiras e a formalização, ou até mesmo decisão, sobre projetos sociopolíticos específicos, em sua quase total generalidade, distintos (ASSIS, 2008: p.198). Nesta dimensão analítica, para compreender relações de convívio étnico e de estabelecimento de padrões societários baseados na etnicidade, que por sua vez definirão dinâmicas e estruturas políticas em forja é preciso debruçar-se sobre a fronteira, ponto focal, limite para estressar o raio de tais representações e práticas, não apenas como uma formalidade ou abstração, mas como ponto de força onde as tensões estudadas se desdobram e friccionam. A fronteira seria, mais além, um espaço da expressão dessa diferenciação, de próprio (e às vezes, particular) momento de reconhecimento e afirmação. Segundo Cardoso de Oliveira, a fronteira proporciona, do ponto em questão, “um grau de diversificação étnica que, somado à nacionalidade natural ou conquistada do conjunto populacional de um e de outro lado da fronteira, cria uma situação sociocultural extremamente complexa” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005: p.18). Assim, o convívio de nacionalidades distintas em um mesmo espaço geográfico, neste caso nacional (ou mesmo, em outras percepções, em processo de transnacionalização) adquire nas fronteiras uma espessura empírica passível de discussão problematizante. Nestas práticas sociopolíticas de diverso uso e reconstrução limítrofe do espaço territorial, fronteiras agiriam como tessituras, limites também, a serem respeitados ou atravessados através de estratégias de articulação para tais práticas; “No sentido mais geral do termo, toda tessitura implica a noção

de limite. Aqui também se descobre que a noção de limite é um dos componentes gerais de toda prática, não somente espacial.” (RAFFESTIN, 1980: p.187).

85

Como debate subsidiário para o problema deste trabalho, ocorre discutir quais são os limites de tais práticas, e em corte histórico e analítico, que articulações retóricas mantêm ou desmontam tais limites - as fronteiras étnicas desde um ponto de vista social - para definir objetivos políticos estratégicos para os projetos nacionais em questão. O papel das fronteiras nos sistemas simbólicos de representação social (e suas tensões decorrentes) na Bolívia, em vasta importância, esteve estruturado em torno de desiguais memórias, acusações e imaginações, da reconstrução da história e sua atualização diária que permitiram a consolidação de fronteiras étnicas como tessituras. Seriam, igualmente, fronteiras sociais fundamentais tanto para a exclusão quanto para a identificação coletiva, e pelas quais se manifestam e interpretam as diferenças entre os diversos grupos da sociedade boliviana (GUIMARÃES, 2007: p.103). Tais diferenças, nas marcas do visível durante a experiência histórica de exclusão republicana, foram reforçadas pela impossibilidade de acesso à riqueza derivada dos recursos naturais produzidos no próprio território boliviano e ostensivamente exportados como *commodities* primárias, sem nenhum processamento e nenhuma contribuição para a estruturação de uma cadeia produtiva que gerasse emprego, renda, ou qualquer tipo de anteparo social. A revolta política, como consequência da pauperização, galvanizada pelas diferenças da discriminação e encastelada nos artifícios do sistema de representação política em crise, fora uma condição emergente no surgimento das condições conflituosas dos anos 2000. Como afirmou Knauer (2004: p.1), sobre a Guerra do Gás,

El pueblo, cansado de falsas promesas y de políticas económicas que no le permiten ni vivir ni morir con dignidad, se levantó y exigió sus derechos. En El Alto, ciudad más joven de Bolivia y lugar de migración para miles de campesinos y ex mineros de la región del altiplano y con una población mayoritariamente aymará (...) el pueblo se armó con valor y piedras, y logró derrumbar un gobierno, que nunca les ha representado, por que solamente velaba los intereses de una oligarquía política.

Ainda, onde quer que tenham sido delineadas, as fronteiras nas Américas sempre foram traçadas sobre terras e territórios indígenas e os ‘índios’, por sua vez, sempre se viram forçados a reconhecer seus contornos, bem como a se posicionar politicamente em seu interior. Este instante revolucionário, de reconstrução da identidade nacional e dos projetos de Estado daí derivados; É importante frisar a dialética entre etnicidade e nacionalidade quando se tratará de contatos como este, repleto de contraversões, ambivalências e até mesmo ambiguidades, e conseqüentemente, caracterizada por assimetrias visíveis (CARDOSO DE OLIVEIRA & BAINES, 2005: p.273).

Estaríamos, assim, diante de um momento cuja energia fora notada em experimentações e vivências sociais, e considerando-se o ressurgimento contemporâneo dos nacionalismos sul-americanos, com fortuna, poderia nos aportar uma discussão sobre as Histórias Comparadas das nacionalidades a partir do mesmo espírito integracionista desta contemporaneidade. Segundo Prado (2005: p.11), a importância da História Comparada destas nacionalidades na América Latina é premente desde a obrigação de modelarem-se alternativas explicativas para histórias e historicidades latino-americanas como perspectivas próprias, abandonando “categorias explicativas previamente construídas” – o que é absolutamente representativo diante do imperativo pós-colonial, mesmo que tardio. Com isto, a autora dedica a sua crítica ao estruturalismo economicista (‘pobreza’ e ‘atraso’, como problemas centrais destes modelos explicativos a serem reconfigurados)

em um primeiro momento, para mais além, discutir a necessidade de evitar transportar-se não só estruturas, mas também modelos de interpretação histórica próprios da realidade europeia – o que definitivamente interessa para uma perspectiva de compreensão das particularidades e generalidades da contemporaneidade sul-americana e boliviana. A afortunada sugestão de substituição do rigor blochiano contido nas discussões seminais da História Comparada no Século XX – as *‘duas séries de natureza análoga tomadas em meios sociais distintos’* (BLOCH, 1930: p.39) -, propondo interpolações culturais e buscas por conexões, certamente merece atualização na medida em que novas possibilidades epistêmicas se abrem em um período de necessária desconstrução/reconstrução criativa das referências práticas da comparação. A comparação como método afirma, ou possibilita afirmar, a firme abordagem relacional entre os atores em sujeição na narrativa, e mais além, permite a ruptura da explicação histórica *per se*, transbordando tal nexos relacional para além das unidades em estudo para com outros objetos/temas/fenômenos históricos, algo que nos interessa *vis-à-vis* a contemporaneidade premente ao horizonte do debate.

Em esforço crítico e objetivo que subsidia tal debate vertical sobre a comparação no tempo presente, Mancuso desconstrói de forma exemplar a ideia de que a América Latina é, em absoluto, carente de estudos comparativos (MANCUSO, 2005). Apontando inclusive os temas preferenciais, como *“escravidão e relações raciais, fronteiras, propriedade da terra, imigração, urbanização, economias regionais, mineração e história do trabalho”*, a partir da primeira abordagem de Mörner, Viñuela e French (1982), a autora indica preliminarmente a predominância das temáticas, malgrado os avanços em pesquisa específica com uso da metodologia comparativista tenham buscado massivamente o campo da História Política como realce contemporâneo para suas conclusões intelectuais, o que a própria autora reage comentando como inovação perante o recorte posterior à análise ulterior. Na menção de Mancuso (2005: p.273) a ideia de que os estudos históricos comparativistas

contribuem para a construção do conhecimento histórico sobre os casos estudados e levantam questões inovadoras para cada um deles; dão margem à elaboração de modelos explicativos; e resgatam relações anteriormente invisíveis, ajudando a entender a composição de unidades que extrapolam as fronteiras espaço-temporais tradicionalmente estabelecidas,

parece-nos essencial a listagem destas três prerrogativas como atuantes no suporte aos objetivos intelectuais ora em debate. Nesta mesma direção é possível identificar analogias, em especial do ponto de vista da desconstrução da rigidez destas tradicionais fronteiras espaciais, com algumas discussões pós-weberianas – de forte crítica ao mote da *Sonderweg* como paradigma - no campo do comparativismo histórico, onde Kocka propõe a articulação do método de forma ‘cruzada’, através da discussão de dois ou mais fenômenos históricos de forma sistemática, orientando-se ao entendimento das similitudes e diferenças, com vistas a objetivos intelectuais gerais ou específicos (KOCKA, 2003). Subsiste, portanto, uma interessante perspectiva de enfoque nas questões metodológicas como operações intelectuais decisivamente orientadas para a racionalidade comparativista, desmontando a rigidez atribuída como racionalidade baseada em axiomas para um enfoque claro no que diz respeito a perspectivas intelectuais interessadas nos fenômenos em sua concepção, e não aceção estrita.

A descolonização como horizonte possível e o novo jogo de disputas pós-nacionais

Estaríamos, no amálgama dos apontamentos sobre comparação na América Latina, diante de um impulso oportuno de desconstrução dos mitos nacionais pós-descolonização sul-americana da primeira metade do século XIX (SCHURSTER, 2013), que deduziriam que

para cada Estado há uma nação em mútua relação de pertença. De alguma forma há a perspectiva de que convivam mais que uma nação dentro de um mesmo Estado? Há um novo campo para comparações transnacionais e, no limite, supraestatais?

Neste sentido, reafirmamos a necessidade em comparar as noções de etnicidade e política entremeadas à formação das identidades nacionais, derivadas em projetos nacionais antagônicos no contexto mais que plural de concorrências pelo futuro do país, evidente na primeira década deste século XXI, momento do próprio processo de refundação do Estado boliviano. Esta competição e tais modelos inserem-se, para além das fronteiras bolivianas, em um caleidoscópio de representações políticas particularíssimas, envolvidas no ressurgimento dos hodiernos nacionalismos sul-americanos como resposta à crise contemporânea do Estado-Nação. O grifo da refundação, como processo próprio de desconstrução imediata dos escombros do arquétipo de nação ora existente merece ser discutido com maior precisão, como absolutamente contundente em um contexto de tão acuradas estocadas durante o período constituinte e no seu prelúdio. Ainda que não seja francamente aceitável que a nação se entenda como perene em um território manobrado por diligentes esforços de descolonização, e mesmo sendo possível que cada ente societário cogite certo caráter primordial de sua nação – e, por conseguinte, deposite neste caráter a expectativa da sobrevivência dessa identidade nacional –, esta primordialidade continuará dependente da confiança em algum feitio natural dos elementos comuns aos conviventes desta comunidade que gera nação. Esta sobreviveria na continuidade, na tradição e na temporalidade que aqui não subsistem a uma condição de território formado pela conquista indébita da Coroa Espanhola em idos do século XVI. Assim, poder-se-ia dizer que a impossível condição da nação boliviana em argumento como construto unitário, e não obstante, como construto perene, realiza-se na eclosão de um contexto plurinacional que é, na verdade o resgate, ressignificado e salvo em adaptações (ora também indébitas) sobre o que se apresentaria como as mais profundas primordialidades identitárias existentes naquele território durante o conflito.

É preciso considerar neste contexto de polarização a dimensão comunitária, que se afirmara então como decisiva, em torno do discurso e conceito nacional como estratégia de sobrevivência – Gellner se refere a *“ideia de um homem (sic) sem uma nação parece impor uma (grande) tensão à imaginação moderna”* (1991: p.6) – e, mais além, de motivação para tal resgate, em especial diante do contexto posterior a aguda liberalização que surgira na Bolívia no *fin de siècle* XX. É interessante notar que a construção destas relações de pertença e resgate como refluxo dos liberalismos da última parte do século XX contra a atomização dos indivíduos diante da subsunção globalizatória, em resposta aos limites da apropriação pasteurizante do conceito de ‘aldeia global’ (MCLUHAN, 1977), nos faz ponderar o quanto cada estado-nação e mercado, todos os quais em sua dimensão conjeturam o mesmo padrão de socialização de sujeitos no espaço, sendo apenas concebíveis no diagrama de uma atomização social, na qual as categorias flutuam de forma autônoma diante das estruturas e dos fluxos que ali trafegam. O mercado e o Estado enquanto nação, assim, possuem tessituras entre si e no todo que se tornam cada vez mais visíveis onde a sociedade existe como um todo social abarcante. O surgimento da nação como potência ascende como subterfúgio ou estratégia preferencial no seu caráter primordial, ora simbólico, ora racionalizado através de processos reflexivos (DOMINGUES, 2009) de sistematização de tais identidades. A saída coletiva e, assim, comunitária, define tanto as tessituras no cerne da comunidade imaginada como em seu intercâmbio com outros agentes, o que articula os padrões de nitidez do surgimento

de padrões étnicos. A criação de uma identidade de caráter comum para é própria do que Benedict Anderson chama de 'comunidade imaginada': "uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana." (ANDERSON, 2008: p.33-45).

Tal primordialidade, em especial no plano das afinidades e solidariedades, é para Hall, em debate com Anderson, adere-se como abstração a um determinado contexto de interesses: "*O argumento que estarei considerando aqui é que, na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nos nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação.*" (HALL, 2003: p.48). Assim sendo, em um contexto pós-colonial, é ao mesmo tempo estrutura e agente estruturante de um sistema de representações que pode resultar, no horizonte de tais tensões políticas objetivas de projetos, em intentos pela (e para o que deriva da) descolonização, assim posicionando a nação como artefato político resultante de uma engenharia social que depende de mitos e invenções para maximizar suas ações - e teríamos aqui que apontar o risco da determinação epistêmica neste sentido que, no limite, implodiria a própria precedência do conceito de primordial na sua validade heurística, antes mesmo de se pensá-lo como perene. Seria pertinente, assim, discutir se referências objetivas sobre nação e nacionalidade (e etnicidade, destarte, como subsídio imediato para tais referências) conviventes a serem novamente alocadas em uma refundação apontam para finalidades objetivas da ordem do dia, e nada mais. Segundo Hobsbawm (2002: p.14),

a principal característica desse modo de classificar grupos humanos é que - apesar da alegação, daqueles que pertencem a uma nação, de que ela é, em alguns sentidos, fundamental e básica para a existência social de seus membros e mesmo para a sua identificação individual - nenhum critério satisfatório pode ser achado para decidir quais das muitas coletividades humanas deveriam ser rotuladas desse modo.

A averiguação conceitual do conceito de nação possivelmente deveria, assim, atentar para a refutabilidade como cautela e relativização sobre definições prévias construídas em contextos de exceção, como ditaduras ou períodos coloniais, por exemplo. As identidades étnicas configurariam focos essenciais para a articulação e fratura do contexto, pois forneceria um linguajar que potencializa a solidariedade dentro de tais grupos, mas desta mesma forma, a sintaxe deste linguajar está sujeita à experiência histórica. Com efeito, não apenas evitar-se-ia assim o risco de reduções e simplificações que, por um lado, podem tornar a discussão por demais essencialista ao assumir supostos naturais sobre tal, e por outro, ao criarem-se impossibilidades artificiais em discutir o tema por força de determinações que observam preferencialmente as identidades como instrumentais. Esta perspectiva crítica quanto à naturalização da relação entre povo e Estado evita o risco da determinação do conceito em abstração das construções históricas inerentes ao avanço, e mesmo pelos experimentos de retrocesso, das lutas políticas contemporâneas e suas contribuições progressivas diante do relacionamento com o Estado. A questão de fundo seria, assim, o dilema se a nação como política e o substrato étnico desta são apenas meios, ou se o caldeirão identitário é quintessência para a existência da nação e, por conseguinte, do Estado.

Dilemas sobre o(s) futuro(s) nacional(is) para um debate aberto

Tal dilema pode gerar duas derivadas: a de que por um lado faríamos do conceito de nação o gerador de um sem número de demandas políticas em busca por autonomia, que como Gellner aponta, levariam ao arriscado penhasco da implosão do conceito ao

confrontar-se a necessidade de articular a afirmação destas novas nações a partir dos mesmos supostos que os padrões antecedentes firmaram – apontamento este que deve ser exposto a um plano histórico de relações, e não apenas esquemático. O apontamento de Gellner (1991: p.15) se acentua como realização se considerar, em ausência empírica, o argumento weberiano do Estado como inviolável diante de iniciativas, legítimas ou não, de desobediência ao caráter coercitivo da manutenção dos padrões de soberania a este respectivo, entendendo o Estado “... *como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso da violência física*” (WEBER, 2002: p.60).

Por outro, em oposição estaríamos diante da noção de que, exatamente nestas iniciativas legítimas ou não, a nação não é apenas um instituto político, senão também um sistema de representações (HALL, 2003: p.47), que produz sentidos e percepções sobre si e, não menos importante, sobre outrem. Desta maneira, não apenas a percepção progressiva das lutas políticas deveria ser colocada em questão, mas a própria consagração desta ideia de progressão e experiência, superando limites da formalidade – os sujeitos, individuais ou coletivos, não são apenas relacionais do ponto de vista jurídico, formal, mas construtores da ideia de nação como algo a se fazer representar e a se sentir como parte, como pertença. A nação é também uma mitologia, na sua dimensão imaginária e retórico-discursiva – tal como Bhabha afirmara, as nações “*tais como as narrativas, perdem suas origens nos mitos do tempo e efetivam plenamente seus horizontes apenas nos olhos da mente*” (BHABHA, 1990: p.2).

No nosso escopo de debate, apontamos na direção de um caminhar contrário a meras definições prévias do termo em rumo ou outro, tentando identificar os elementos históricos, políticos e culturais que localizam e integram as práticas através das quais a nação (tal qual antes existira na Bolívia, ao menos) foi implodida e os seus resquícios jogados na arena do debate político da refundação. Está implicada, de forma direta neste contexto de ampliação dos canais democráticos intrínsecos à conjuntura do momento, na produção de estratégias de visibilização no espaço público em busca de apoio popular. Assim, a visibilidade e os recursos simbólicos e materiais mobilizados, asseguram (inclusive de forma radical conforme a ambiência retórica) a posição relativa que os atores tomam para si nos contextos regionais, com repercussões variadas conforme lado a lado (ARRUTI, MONTERO & POMPA, 2012: p.18). Neste contexto, como narrar, o que narrar e decididamente o que assumir como pertença faria toda diferença para a construção de si e do outro, em uma arena tão povoada por interesses tão diversos. Segundo Castells,

Uma vez que a política é largamente dependente do espaço público da comunicação em sociedade, o processo político é transformado em função das condições da cultura da virtualidade real. As opiniões políticas e o comportamento político são formados no espaço da comunicação (CASTELLS, 2005: p.24).

Haveria um denominador étnico em convívio com a questão política no percurso histórico das revoluções republicanas na América Latina? E, se há, como o caso boliviano contemporâneo pode nos ajudar a compreender a culminância dessa tortuosa relação? Daí decorrente, conforme discutiram Przeworski, Cheibub e Limongi, paira a dúvida se uma democracia presume apenas uma determinada ambiência cultural normativa, ou se se admitiria que a história e a cultura das democracias não seriam passíveis de corte relacional, restando os autoritarismos ou bonapartismos (LOSURDO, 2004) a determinadas culturas incompatíveis com a democracia – em especial a incompatibilidade

da experiência democrática, como é questão premente na trajetória que descreveremos (CHEIBUB, LIMONGI & PRZEWORSKI, 2003: pp.1-32). Losurdo debruça-se, em esforço modelar, a desconstruir o mito que envolve uma suposta determinação histórica em constante processo, na qual os liberalismos teriam decorrido nos séculos XVIII, XIX e XX – e daí ainda em constante, haveriam de decorrer – em uma etapa da transformação social e política na direção de democracias amplas, maduras e ricas. A história da tradição liberal boliviana, como boa parte dos exemplos históricos grifados por Losurdo, acompanhou tenazmente a discriminação censitária, preenchendo a estrutura legal do Estado de restrições à ampliação do perímetro do ‘demos’ enquanto massa política efetivamente participante na tomada de decisão. O que é possível constatar, durante diferentes épocas na Bolívia e até mesmo em diferentes realidades, é a existência de diversas continuidades e descontinuidades entre o processo de emancipação e retração da participação. Assim, é adequado observar, na esteira das discussões democráticas concernentes ao período em estudo, que a participação é tão importante quanto, ou mais, que o voto como instituto para o processo de emancipação ou não de certos estratos sociais. É sobre tais debates e contenciosos em inventário, seus discursos condensados e a possibilidade ou não de tolerarem-se, mesmo na alteridade, que discutiremos o caso boliviano e tentaremos entender a plêiade de alternativas para a sua questão nacional - ou plurinacional, segundo a sua própria refundação - em um contexto de descolonização tardia. A superação dos modelos resultantes da formação histórica da nacionalidade boliviana contemporânea, surgidos na virada da década de 1950, nos ajudará a revelar alguns pontos de partida para esta descolonização no século XXI.

O deslocamento das etnicidades para o centro do processo político de transformação da realidade nacional – até mesmo para a sua implosão eventual – no início do século XXI trouxe dois resultados aparentemente antagônicos, mas em essência, parte de um mesmo fenômeno. Por um lado, o surgimento da causa autonomista cruceña, em Santa Cruz de la Sierra, moveu as elites produtoras dos departamentos da planície a se organizar de forma autônoma no seio da sociedade civil, e até mesmo reagir ao paradigma da nacionalidade boliviana, falando em outra nação, em uma Nação Camba; por outro, a fundação do partido *Movimiento al Socialismo – Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos* (MAS-IPSP) resultou na conquista de mandatos legislativos e até mesmo em uma candidatura para a presidência da república, algo que os cambas/autonomistas não pleitearam de forma objetiva – ora pela sua associação confusa com as elites política de La Paz, capital andina do país, ora pelo seu desencorajamento quanto a assumir a dianteira da construção de um Estado que parecia falido. Nos anos seguintes, a renúncia de Sánchez de Lozada em 2003 e também de uma saída forçosa de seu sucessor, Carlos Mesa Gisbert, tornou incerto o futuro da Bolívia como unidade. A eleição de Evo Morales com 54% dos votos, novamente candidato presidencial pelo MAS-IPSP em 2005 (fora derrotado em 2002), aparentemente resolveria o problema étnico e político: não apenas tornara-se o primeiro presidente indígena do país, mas o primeiro presidente efetivamente eleito por uma maioria votante desde a redemocratização. O que se revelaria surpreendente, no entanto, é que tal assunção de uma histórica vitória apenas recrudesceria os antagonismos, cristalizando-os regionalmente, e revelaria as chagas de um passado de incerta unidade, por força da sua motivação transformadora no que diz respeito à justiça social. A imagem de uma “Caixa de Pandora” aberta é inevitável, desenterrando décadas – e talvez séculos – de injustiça, exclusão, falsa homogeneidade e pretensa democracia.

Uma vitória conclusiva e as inconclusões que daí se multiplicaram

91

As tensões aumentaram do momento da eleição de Evo Morales em diante, como vimos, e as manifestações se tornaram progressivamente violentas. É possível dizer, assim, que a autonomia não foi apenas uma pauta constante, direta ou indireta, ao longo da Assembleia Constituinte, mas o centro nervoso da discussão pelo futuro do novo país em gestação – já que esta Constituinte, afinal, iria refundar o país e definir as novas regras do jogo político. A Assembleia iniciou suas sessões com discussões acerca do regime de votação na Assembleia (maioria simples ou qualificada), passando, em seguida, para um questionamento sobre a localização da capital do Estado. A rejeição ao governo central se somou a demandas, por parte dos dissidentes autonomistas, de controle sobre os recursos naturais e sobre a polícia, assim como de retenção de dois terços das taxas incidentes sobre a produção econômica dos seus departamentos, revisando a proposta de divisão ‘meio a meio’ com o governo central prevista na nova Constituição. Em setembro de 2008, após protestos e manifestações violentas na região da *medialuna*, o Congresso boliviano ratificou uma versão revisada da nova Constituição, a qual integrava algumas concessões aos políticos opositores. A situação tornava-se, desta maneira, constitucionalmente resolvida, mas politicamente incerta com dezenas de mortos, a infraestrutura atingida e o risco de uma guerra civil.

Em 25 de janeiro de 2009, mais de 61% dos cidadãos bolivianos aprovaram a nova Constituição em um referendo popular nacional que mais uma vez evidenciou as divisões políticas e ideológicas do país, mas garantiu o marco regulatório do novo Estado Plurinacional da Bolívia, em uma vitória do novo modelo de Estado sobre o anterior e historicamente vigente. A vitória também teria especial valor para os movimentos sociais do Altiplano: após vencer o Estado liberal no início da década, agora consolidavam a sua ordem e padrão de governo sobre uma recrudescida e encastelada elite corporativa regional, superando até mesmo um projeto paralelo de país. A refundação pela via autonomista não ocorreria, assim, e a via *camba* também colapsara diante de um ambiente interno derrotado nas urnas, e de uma conjuntura internacional vedada a uma mudança das fronteiras bolivianas. O que restaria, em uma aparente homogeneidade padronizante que se seguiria, seriam portas abertas para novas concepções de país, nação e determinação da identidade.

A etnia teria conformado (e reformado) a ideia de agrupamento político, desde um ponto de vista ideológico-discursivo até as próprias dinâmicas sistêmicas da sociedade, passando inevitavelmente pela reforma das suas práticas políticas e culminando na descolonização como fenômeno doravante denominado “refundação” do Estado. Seria a identidade pela via da etnia, em ensaio, a matriz de formação do senso comum que permeia as escolhas políticas daí decorrentes? Possivelmente sim, já que as polaridades identitárias se mostraram mais fiéis e visíveis que as político-partidárias, mesmo com toda a dificuldade em fazer com que estas polaridades tenham sido total antagonismo – ou seja, sem cooperação entre as partes. A rigor, tratava-se de um esgotamento generalizado com relação à modelagem administrativo-política centralista – e isso nos situa em uma via interpretativa que situa ambas as autonomias (indígena e departamental) como novos projetos em disputa para o futuro do país, não originalmente conflituosas na sua genealogia, mas na sua orientação para o sistema político futuro e com uma retórica cravada no passado. As autonomias disputavam a solução, cada qual com a sua diferença, para um problema comum: a condição subalternizada ou periférica diante de um sistema político exclusivo. Desdobrou-se daí em óbvia decorrência a disputa pelo futuro do país, também.

As novas diretrizes políticas contidas na Constituição que refundou a Bolívia, possivelmente encontraram resistência, quando da sua implementação, nos corpos burocráticos dominados majoritariamente por políticos conservadores da oposição ao governo Morales, que visavam à manutenção de um padrão territorial anterior, historicamente relacionado com estruturas de poder e de produção econômica que então o sustentavam. Tal resistência também foi encontrada, por conseguinte, nas áreas da administração onde prevalecia ainda uma tecnocracia liberal fundante sobre a territorialidade, e politicamente conservadora quanto à diversidade de ornamentos estruturais de poder face ao potencial multiplicador – e segundo a si, fragmentário – das nacionalidades plurais. A existência de um padrão diferenciado de ordenamento público, relativo a cada espacialidade em função da diversidade e bastante diferente do homogeneizante Estado republicano liberal, não obstante, é o grande xeque-mate político em questão.

A política de identidade mobilizou neste contexto diversos esforços de determinação de territorialidades e formas de governança sobre estas mesmas, relativamente polarizados em projetos como tais, vistos em si enquanto acoplados à história de povos, cidades, centros regionais, modos de produção e viver. Na Bolívia, tais noções se formaram, na contemporaneidade, a partir das percepções diversas sobre as clivagens centro-periferia, pertencimento e assimilação, construção e inércia, e foram ativadas no contexto específico de luta por autonomia, em resposta a um cenário considerado adverso aos interesses da região, da elite ou da etnia, sob a condensação em uma determinada ideologia política. Identidades politizadas por um conjunto de noções derivadas da diferenciação cultural entre as regiões, mas também a partir de uma determinação de poder da estrutura centro-periferia. A perspectiva da catastrófica divisão tornou-se própria e instrumental, narrada apenas a partir do seu ponto de vista, e em algum momento instrumental, para salientar a partir de posições sobre a distribuição territorial do poder. O controle sobre o futuro contém uma promessa emancipatória, a defesa da soberania territorial diante de um poder sempre centralizado que ameaça absorvê-los e gerencia-los completamente. Este é um dos legados das jornadas políticas democráticas no espaço em questão.

Os debates sobre a nação e sua identidade fundacional, portanto, fariam aquecer plena competição e tentativa de definição de competências, limites, tessituras e fronteiras. É neste contexto que a etnicidade como identidade (e posteriormente como nação) surgiu como protagonista ao debate e, frisando esta dimensão, assumiu articulações e usos políticos para a tomada do Estado como resultado de um autodeterminado e alegado processo histórico – qual país surgiria de qual, ou quais, nações? Todas as questões apontariam para respostas, em si e por todos, na direção da justiça social, da sua concepção particular de isonomia para a autonomia, e não obstante, do reconhecimento identitário, para a discussão do que apontamos como uma história contemporânea da Bolívia no século XXI.

A grande mudança política é registrada na Bolívia, neste contexto, é que o jogo de oposições e contrastes entre o centro e a periferia foi redefinido na medida em que o centro é a hegemonia dos governos de esquerda, relativas aos movimentos indígenas e populares, e agora o *establishment* liberal é que ocupa uma posição politicamente periférica. A refundação da Bolívia se encerrou formalmente, mas permanece em processo histórico como uma contenda inacabada, resultante das décadas de crise e mutação política. Constitui-se ainda uma incógnita, sujeita a percalços e crises de toda ordem: ideológicas, políticas, econômicas, étnicas, regionais e de classe. A sugestão é a da possibilidade de coexistência, ainda que não harmoniosa ou pacífica, entre os parâmetros

fundantes do Estado liberal, por um lado, com novas práticas e padrões pós-coloniais, por outro (CARVALHO, 2009: p.23). Não fora a refundação, no nosso juízo, um avanço instrumental da etnização da sociedade boliviana, mas um disputado jogo de esforços e concepções para construir um novo tipo de democracia, em um Estado multicultural tipicamente contemporâneo. A vitória em questão fez prevalecer as etnicidades existentes antes e depois da experiência moderna da Conquista, na sua complexidade do caleidoscópio das estruturas pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais ora conviventes em um Estado hibridizado. Antes de inventar a diversidade, tratou-se de reconhecê-la e criar mecanismos para permitir um convívio com vistas ao futuro.

(Recebido para publicação em junho de 2015)

(Reapresentado em junho de 2015)

(Aprovado para publicação em junho 2015)

Cite este artigo

RIBEIRO, Daniel Santiago Chaves. A refundação plurinacional boliviana como litígio pós-colonial no século XXI. **Revista Estudos Políticos:** a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol. 6 | N. 1, pp. 64-85, dezembro 2015. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Referências Bibliográficas

- ACOSTA, Alberto. El Estado Plurinacional, puerta abierta para una sociedad democratica. In: ACOSTA, Alberto & MARTINEZ, Esperanza. *Plurinacionalidad - Democracia em la diversidad*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2009.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ARAUJO, Rafael Pinheiro de. *Discursos políticos comparados: indigenismo e bolivarianismo (1998-2012)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História Comparada. Rio de Janeiro: PPGHC/UFRJ, 2012.
- ARRUTI, José Maurício, MONTERO, Paula & POMPA, Cristina. Para uma antropologia do político. In: GURZA LAVALLE, Adrián. (org.) *O Horizonte da Política*. Campinas: UNESP, 2012.
- ASSIS, Eneida. Territórios, Indígenas e Fronteiras na Amazônia Ameríndia. In: NASCIMENTO, Durbens, (org), *Relações Internacionais e Defesa na Amazônia: Belém do Pará*: OBED/UFPA, 2008.
- BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *No Limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor, 2013.
- BHABHA, Homi (org.). Preface. In: _____. *Nation and narration*. Londres: Routledge, 1990.

- BLOCH, M. Comparaison. *Revue de Synthèse Historique* LXIX. Paris, 1930. 94
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen G. (Org.). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora UnB, 2005.
- CARVALHO, Bruno Sciberras de. Cultura como ação política: Estado e nação na teoria pós-colonialista. *33º Encontro Anual da Anpocs. GT 39: Teoria política: para além da democracia liberal?* Rio de Janeiro, 2009
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, Manuel & CARDOSO, Gustavo. *A Sociedade em Rede Do Conhecimento à Ação Política*. Portugal: Centro Cultural de Belém, 2005.
- CLEMENTE, Rafael. História Política e a Nova História - um breve acerto de contas. *Cadernos UniFOA*, n. 16, 2011.
- COSTA, Sérgio. "Deprovincializing" sociology: the post-colonial contribution. *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.3 no.se São Paulo 2007.
- DAHL, Robert Alan. Sobre a democracia. Brasília: UnB, 2001.
- DOMINGUES, José Maurício. A América Latina e a modernidade contemporânea: Uma interpretação sociológica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- DUNKERLEY, James. Evo Morales, the 'Two Bolivias' and the Third Bolivian Revolution. *Cambridge Journal of Latin American Studies*. 39, 2007.
- ERIKESSEN, Thomas Hylland. Introduction. In _____. (org.) *Globalisation: Studies in Anthropology*. London: Pluto, 2003.
- FAULHABER, Priscila. A fronteira na antropologia social: as diferentes faces de um problema. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 51, 1.º semestre de 2001.
- GARCIA LINERA, Alvaro. *La Potência Plebeya*. Argentina: Prometeo Libros Editora, 2008
- GELLNER, Ernest. *Naciones y Nacionalismo*. Argentina: Alianza Editorial, 1991.
- GUIMARÃES, Alice Soares. A emergência das identidades étnicas na Bolívia Contemporânea – processos e atores. In: DOMINGUES, José Maurício, GUIMARÃES, Alice Soares, MOTA, Áurea & SILVA, Fabricio Pereira da. *A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte: UFMG/IUPERJ, 2007.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A Editora, 2003.
- HARTOG, François. Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013
- HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780 – Programa, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- KNAUER, Ursula. Apresentação. In: AUZA, Verônica (coord.) *Memória Testimonial de la Guerra del Gás*. La Paz: Caritas, 2004.
- KOCKA, Jürgen. Comparison and beyond. *History and Theory*, n. 42, p. 39-44, Fev. 2003.
- LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. *Hegemonia y estrategia socialista*. Argentina: FCE, 2004.
- LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da história do tempo presente. In: PORTO JR., Gilson (org). *História do tempo presente*. São Paulo, EDUSC, 2007
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo do sufrágio universal*. São Paulo: Unesp, 2004.
- MANCUSO, Lara. A comparação no estudo da História da América Latina. *Proj. História*, São Paulo, (31), p. 259-275, dez. 2005.
- MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg: A formação do homem tipográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: GEDISA, 2007.
- MÖRNER, M.; FAWAZ DE VIÑUELA, J. e FRENCH, J. D. Comparative approaches to Latin American History. *Latin American Research Review*, v. XVII n. 3, 1982
- ONUJI, Janaína & OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Eleições, política externa e integração regional. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 27, nov. 2006.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. *Revista de História*, 153 (2a - 2005). P 11-33.
- PRZEWORZKI, Adam. Ama a incerteza e serás democrático. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 9, p. 36-46.
- PRZEWORSKI, Adam, LIMONGI, Fernando & CHEIBUB, José Antônio. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. *Lua Nova*, n. 58, 2003.
- PURDY, Robert Sean. A História Comparada e o Desafio da Transnacionalidade. *Revista de história comparada (UFRJ)*, v. 6, p. 64-84, 2012.
- RAFFESTIN, Claude. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: Librairies techniques, 1980.
- SAUNIER, Pierre-Yves. *Going Transnacional: News from Down Under*. Fórum Online, H-Soz-u-Kult. Disponível em: <www.hsozkult.geschichte.hu-berlin.de/forum>. Acesso em 12 dez 2013.
- SCHURSTER, Karl. O bicentenário das independências sul-americanas: um estudo comparativo. In: LAPSKY, Igor; SCHURSTER, Karl; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da.. (Org.). *Instituições na América do Sul*. 01ed .Rio de Janeiro: MAUAD, 2013.

- SEIGEL, Micol. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. *Radical History Review*, No.91, Winter 2005. 96
- SMITH, Peter H. *Democracy in Latin America: political change in comparative perspective*. EUA: Oxford University Press, 2005.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. From the postmodern to the postcolonial - and beyond both. In: RODRIGUEZ, Encarnación, BOATCÃ, Manuela & COSTA, Sérgio (orgs). *Decolonizing European Sociology - transdisciplinary approaches*. Londres: Ashgate, 2010.
- TYRELL, Ian. Modern Environmentalism. In: AGNEY, Jean-Christophe & ROZENZWEIG, Roy (orgs.) *A Companion to Post-1945 America*. Nova York: Blackwell, 2006.
- WANDERLEY, Fernanda. Personalidade Jurídica e Cidadania Coletiva na Bolívia: Uma Etnografia da Identificação Jurídica e a Formação de Espaços Públicos. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 52, no3, 2009.
- WEBER, Max. *Ciência e Política - Duas Vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2002.